



ELEIÇÕES

Supremo aprova as federações partidárias

Por 10 votos a um, Corte avaliza a união de partidos e amplia o prazo de registro das agremiações no TSE até 31 de maio

» LUANA PATRIOLINO
» RAPHAEL FELICE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, por 10 votos a um, pela constitucionalidade das federações partidárias. No julgamento, os magistrados também deram prazo até 31 de maio para que legendas formem agremiações. Diferentemente das coligações, as federações duram além da eleição e permitem que dois ou mais partidos se unam, funcionando como se fossem uma única sigla (**leia Saiba mais**).

A ação avaliada no STF foi apresentada pelo PTB, que acusa as federações partidárias de serem uma remodelagem das proibidas coligações. Relator do caso, o ministro Luís Roberto Barroso destacou a constitucionalidade das regras. Ele criticou as coligações, que poderiam configurar uma “verdadeira fraude à vontade do eleitor”. “O que foi aprovado pelo Congresso evita esse tipo de distorção. Não se trata de uma união apenas para fins eleitorais”, enfatizou.

Votaram com Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Somente o ministro Nunes Marques apresentou **voto divergente**.

Na mesma ação, o PT solicitou que o prazo para a formação das federações se estenda até 5 de agosto. Pela regra até então em vigor, as legendas poderiam oficializar o pedido de união até 1º de março. Os ministros decidiram, por seis votos a quatro, o prazo de 31 de maio — excepcionalmente para as eleições deste ano. Nos próximos pleitos, serão seis meses antes da votação.

Durabilidade

Segundo a advogada especialista em direito eleitoral

Esvaziamento

O ministro Kassio Nunes Marques sustentou que o dispositivo é inconstitucional por esvaziar a cláusula de desempenho instituída pela Emenda Constitucional 97/2017, que projetava a redução gradual do número de partidos até que o sistema eleitoral chegasse a 2030 com uma média de oito legendas fortes. O magistrado ainda argumentou que a mudança viola os sistemas partidário e eleitoral proporcional previstos na Constituição.

Andrea Costa, “o grande impacto se refletirá na burla da cláusula de desempenho, que permitirá a continuidade de partidos pequenos, favorecidos pela federação”.

A especialista vê como favorável a união de partidos com ideologias semelhantes. “A força ideológica se fará presente pela durabilidade mínima de quatro anos, permitindo que atuem como uma espécie de bloco político, impactando na votação de projetos nas casas legislativas”, frisou.

O cientista político Valdir Pucci acredita que as federações não devem ter vida longa, por conta do perfil “personalista” das siglas. “Os partidos políticos no Brasil são muito personalistas e menos ideológicos. Isso faz com que os interesses locais sejam muito fortes. Nas coligações, antecessoras às federações, os partidos se uniram por interesses regionais, mas, agora, eles vão ter de se unir por quatro anos, o que pode engessar a atuação individual dessas legendas. Acredito que ela será extinta da legislação já na legislação de 2026”, ressaltou.

Antonio Augusto/Secom/TSE



O relator da ação, Luís Roberto Barroso, destacou a constitucionalidade das regras



As coligações ofereciam esse grave risco de fraude da vontade do eleitor (...). A lei aprovada no Congresso evita esse tipo de distorção”

Luís Roberto Barroso,
ministro do STF

Saiba mais

Negociações para superar divergências

As federações partidárias exigem dos partidos atuação conjunta em torno de um programa, como se fossem uma só sigla, por no mínimo quatro anos. Por terem abrangência nacional — ao contrário das coligações, que têm alcance estadual e são desfeitas após as eleições —, dependem de negociações mais robustas e da superação de divergências ideológicas e locais. O mecanismo interessa

sobretudo a legendas menores, ameaçadas pela cláusula de desempenho, que condiciona o acesso ao fundo partidário e ao tempo de TV a um mínimo de votos nas eleições. Em caso de desistência da federação antes do prazo de quatro anos, a sigla pode ser punida com a proibição de uso dos recursos do fundo partidário pelo prazo remanescente do acordo. A afinidade ideológica

entre as siglas é, portanto, parte fundamental do processo de aglutinação, pois serve para evitar atritos insuperáveis entre programas ideológicos antagônicos. Pelo menos três blocos de partidos negociam a união de esforços para as eleições de 2022. PSDB iniciou as tratativas com o Cidadania. PT vem conversando com PSB, PV e PCdoB — os dois últimos também negociam com o PSol.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Agenda do Centrão é passar a boiada antes de apagar a luz

O Centrão está com pressa. As coisas não vão bem para o presidente Jair Bolsonaro no Nordeste, reduto dos principais caciques do PP, principalmente o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PI), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), que resolveram pôr em pauta no Congresso o que consideram prioridades do governo neste ano eleitoral. É uma agenda para “passar a boiada”, como diria o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, flagrado autorizando a venda de madeira ilegal pelas autoridades dos Estados Unidos. O PP quer apagar a luz e desembarcar do governo, na campanha eleitoral, antes que seja tarde demais.

Na pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, os números são péssimos para o presidente no Nordeste: o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem 61% de intenções de voto no primeiro turno, enquanto Bolsonaro tem 13%. Ciro Gomes vem logo atrás, com 8%. Sergio Moro tem 3%; João Dória e André Janones, 2%; e Simone Tebet, 1%.

Mesmo com o Auxílio Brasil, a capacidade de pagar as contas piorou para 64% dos eleitores da região.

O périplo pelo Nordeste programado por Bolsonaro para melhorar sua imagem pode ter sido um tiro no pé. Na terça-feira, em Salgueiro (PE), onde participou de uma joguete, comentando sua relação com o sogro cearense, revelou um preconceito sem noção em relação aos nordestinos: “Eu sempre me referi com os amigos, né, cabra da peste, pau de arara. Eu me chamo de alemão também, sem problema nenhum. Arataca, cabequedo, pô, é isso aí, valeu!”

Ontem, inaugurou um novo trecho da transposição do Rio Francisco com tanta pressa que não deu tempo de a água chegar. O secretário de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, João Maria Cavalcanti, explicou que o volume de águas liberado na Barragem de São Gonçalo, na Paraíba, ainda levará mais dois dias percorrendo a bacia do Rio Piranhas-Açu. No momento da inauguração, para frustração dos presentes e

irritação de Bolsonaro, a água ainda nem havia chegado a São Bento, na Paraíba, que fica a 20 quilômetros do Rio Grande do Norte. O projeto de transposição foi iniciado em 2007, por Lula.

Em Salgueiro, Bolsonaro já havia passado pelo constrangimento de ser cobrado pelo fato de a cidade estar sem água há 18 dias, segundo o vice-prefeito Edilton Carvalho. São ossos de uma pré-campanha onde os políticos nordestinos começam sua migração para Lula. O senador Renan Calheiros (MDB-AL), desafeto de Arthur Lira, já está defendendo o apoio do seu partido ao petista no primeiro turno, caso a pré-candidatura de Tebet não decole.

É esse tipo de pressão que faz o Centrão priorizar uma agenda maldita no Congresso. Segundo o Diário Oficial da União publicado ontem, o governo quer aprovar no Congresso as mudanças no ICMS sobre combustíveis, liberação da posse e porte de armas de fogo, facilitação das licenças ambientais, autorização para mineração nas terras indígenas e

nas faixas de fronteira, retaguarda jurídica para homicídios praticados por policiais, integração do ProAgro e do Prêmio Seguro Rural. É uma corrida contra o tempo, que estabelece um claro divisor de águas no Congresso entre os aliados de Bolsonaro e a oposição.

Pandemia

Na vida banal, a pandemia de covid-19 continua fora de controle. Ontem, foram registrados 1.264 óbitos e 178.814 novos casos em 24 horas, segundo o (Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Na terça-feira, 1.189 mortes e 177.027 casos. A escala de propagação da doença está impactando o número absoluto de mortes diárias, embora a variante ômicron seja considerada menos letal. O afrouxamento das medidas de distanciamento social é a principal causa do grande número de infectados. Já o número de mortes tem relação direta com os não-vacinados, a maioria dos que estão intubados nas UTIs. Esse

cenário já estava previsto pelos sanitistas e é resultado da campanha negacionista patrocinada por Bolsonaro e do atraso na vacinação das crianças, provocado pelas manobras do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Mesmo assim, Bolsonaro continua afirmando que acertou na pandemia. A lógica permanece a mesma: apostar na imunização de rebanho para evitar que a economia seja prejudicada. Não é o que está acontecendo. Num país de dimensões continentais como o Brasil, sem vacinação em massa, é impossível conter a pandemia porque ela se propaga pelo território de forma desigual — e sofre mutações genéticas, como já acontece, inclusive, com o vírus da ômicron.

Queiroga é um cardiologista que não entende nada de saúde pública e faz tudo o que pode para agradar Bolsonaro. Sua gestão à frente do Ministério da Saúde rivaliza com a do general Eduardo Pazuello, até mesmo em relação a um assunto que já deveria estar encerrado: a falsa eficácia da cloroquina.